



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008725-70.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **JULIANA DA CONCEIÇÃO**
 Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra faturas emitidas pela ré para a cobrança de serviços de telefonia avençados entre ambas.

A pretensão vestibular tinha por desiderato a rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, mas é forçoso reconhecer que ela perdeu o objeto porque a providência já foi levada a cabo pela ré (fl. 23).

Em consequência, como o processo no particular deixou de ser útil e necessário à finalidade para a qual se voltava é de rigor a sua extinção sem apreciação de mérito.

Resta então analisar o pedido contraposto formulado pela ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Sobre ele, nota-se que a autora efetivamente não esclareceu de maneira alguma em que consistiria a inexigibilidade das faturas trazidas à colação.

Significa dizer que ela não detalhou minimamente por quais motivos elas encerrariam valores indevidos.

Por outro lado, a ré identificou com precisão as ligações que renderam ensejo à emissão das faturas e – mais – expressamente nomeou parentes da autora como sendo os seus respectivos destinatários (fl. 22).

Instada a manifestar-se a propósito, a autora não refutou tais argumentos, além de reconhecer uma ligação para o número (12) 99794-1783, ou seja, para a própria genitora.

Como se não bastasse, os documentos de fls. 121, 135/136 e 190/191 confirmam as alegações da ré quanto à titularidade das linhas tocar a pessoas próximas à autora, o que de resto como salientado não foi negado por ela.

Reputo diante desse cenário que está suficientemente lastreada a postulação da ré em haver os valores relativos às faturas em apreço, despidiendas as novas diligências pleiteadas a fls. 200 até mesmo pelo silêncio da autora quanto aos fatos precisos que lhe foram imputados.

Isto posto, julgo extinto sem julgamento de mérito o processo em face do pedido inicial, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar a autora a pagar à ré a quantia de R\$ 2.164,54, acrescida de correção monetária e juros de mora, ambos contados desde setembro de 2016 (época da oferta da contestação de fls. 18/27).

Torno sem efeito a decisão de fls. 13/14.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**